

É por isso que nós, brasileiros, que estamos atolados, que temos mais de 14 milhões de desempregados, precisamos nos unir. Não se deve botar fogo em lojas e acabar com as empre-sas, trazendo cada vez mais desemprego e a violência, que não interessa. Aquele grupo, usando até máscaras, estavam trazen-do a essa greve um mal que não interessa a ninguém. Greve desse tipo não serve.

O Japão surgiu das cinzas, por meio da unidade, da união, da família, da honestidade, do trabalho. Nós tivemos o milagre japonês. Espero que nós, brasileiros, possamos nos unir cada vez mais - e não ficar botando fogo em lojas, em empresas, em ônibus, depredando tudo. Nós precisamos de brasileiros que se unam e ajudem a buscar mais qualidade de vida e trazer mais empregos. Não será por meio da violência e da criminalidade que traremos mais empregos ao nosso País.

Cedo o meu tempo remanescente ao nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Agradeço ao nobre deputado Jooji Hato. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta é uma discussão longa, nesta Casa. É uma discussão política sobre um projeto importante do Governo do Estado.

Primeiramente, gostaria de falar da percepção que eu tive, ficando aqui o dia inteiro e assistindo aos discursos da oposi-ção. Parece que houve uma reunião entre PT e PSOL pensando na próxima candidatura que o Sr. João Doria pode ter. Assus-tados, eles ficaram o dia inteiro criticando suas ações, o dia inteiro comentando sobre João Doria. A preocupação é latente. É como nos meus tempos de movimento estudantil, como se tivesse tido uma reunião de fração que combinasse, discurso após discurso, o que ia ser falado do João Doria.

Assim foi também com o nosso governador Geraldo Alck-min. Durante meses, vinham a esta tribuna para criticar e dizer que o Sr. "Santo" era o governador Geraldo Alckmin. Mas semana passada o próprio delator disse que o tal "Pedro", o "Apóstolo", o "Santo" não era o Geraldo Alckmin. Não vi nin-guém da oposição vir pedir desculpas por ter, durante meses, feito com que a população achasse que o governador Geraldo Alckmin, com uma vida de serviços prestados para o estado de São Paulo, tivesse incorrido em alguma improbidade, em alguma desonestidade. Estivemos juntos, na última sexta-feira, reunidos em Campos do Jordão com mais de 300 prefeitos deste estado, com a classe política de bem deste estado, que acredita e confia no trabalho do governador Geraldo Alckmin.

No município de Taboão da Serra, da querida deputada Analice Fernandes, foi inaugurado o 52º restaurante Bom Prato, que serve refeição a um real para os trabalhadores, para as pessoas pobres do estado de São Paulo. Com isso eu não vi a oposição se preocupar. Eu também não vi a oposição se preocu-par com os 270 mil passageiros que vão transitar pela Linha Lilás, com os 1.500 trabalhadores, importantes em um momen-to em que 14 milhões de brasileiros estão desempregados, que dependem desse empréstimo, dessa lei que vai ser votada esta noite, para que esses trabalhadores tenham onde trabalhar, tenham o que comer.

Entendo a disputa política, mas vejo com preocupação o caminho que toma alguns projetos. Um projeto que visa levar transporte, trabalho em um momento tão difícil pelo qual o País passa, que só está nesta situação porque foi levado a isso pelo governo do PT.

Esse projeto é fundamental para o estado de São Paulo, para aqueles que vão seguir no chamado "corredor dos hospi-tais", que vão passar pela AACD, que vão seguir para o Brooklin e que vão fazer com que mais de 270.000 passageiros tenham o seu direito de ir e vir respeitados no estado que mais investe em transporte no País.

O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - COM ASSENTIMEN-TO DO ORADOR - Vossa Excelência, que é jovem, não deve se lembrar, mas, na década de 80, o governador Orestes Quércia pegou as escolas técnicas que faziam parte da Secretaria da Educação e jogou na Paula Souza. Desde então, a Paula Souza reestruturou as escolas técnicas e as Fatecs. Desde então, mudou a qualidade de ensino, das instalações e todos os pro-fessores são contratados no regime da CLT. Não há estabilidade, é produção.

Implantaram, ainda, um pequeno degrau, o vestibular. Quem quiser entrar em uma Etec e em uma Fatec tem que fazer um vestibular. Com isso, têm-se selecionado os alunos, têm-se selecionado os que para lá vão.

Antigamente, nas escolas técnicas, só iam os jovens mais pobres, que iam à busca de uma profissão. Hoje, as Etecs e as Fatecs são exemplos de educação para o Brasil e, para nós, são motivo de orgulho. Por isso, queria lembrá-lo que nós temos lutado muito pela ampliação das Etecs e das Fatecs. Esse Gover-no tem feito de tudo para ampliar essas vagas.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Neste momento, eu não podia deixar de voltar no relógio do tempo. Eu conheço a sua família há muito tempo. O seu pai é meu amigo. Eu me lembro de que, há muitos anos, eu o encontrei em um posto de gasolina e o convidei para presidir o PTB Jovem. Ele me disse que tinha história no PSDB. Desde aquela época, quero dizer que sempre respeitei o seu trabalho com a juventude. Realmente, V. Exa. é um plantador de sementes de sonhos, que acredita nos horizontes, defende a juventude e participa ativamente da vida política.

Quero cumprimentar o meu amigo, deputado Marco Vinholi. A juventude tem que seguir o seu exemplo. Só se consegue chegar a algum lugar com muito trabalho, dedicação e, princi-palmente, com muito amor, que é o que V. Exa. tem pela política e pelo nosso estado de São Paulo.

Parabéns, deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Agradeço as palavras, nobre líder Campos Machado, o qual acompanho desde peque-no como um grande norte na política. Quero parabenizá-lo pela homenagem feita ao Thomaz Alckmin na semana passada. Foi de uma sensibilidade tremenda a homenagem feita para um jovem que representa a simplicidade do nosso governador e a forma franciscana com que vive a sua vida.

A sua homenagem significou muito para todos que convi-vem com a sua família e com a Dona Lu. Foi merecida a nobre homenagem da sua parte. Agradeço as palavras de coração, sempre admirando o seu trabalho.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Nobre depu-tado Campos Machado, antes de levantar a sessão, gostaria de dizer que concluímos quatro horas e 30 minutos de discussão do projeto. Foram feitos três acordos, firmados nos dias 18, 25 e 26 de abril. Segundo esses acordos, foram dados mais 30 minutos, em cada um deles, para a conclusão, totalizando seis horas de discussão.

Ainda há dois oradores inscritos. Para dar por encerrada a discussão, gostaria de perguntar ao primeiro orador inscrito, deputado Carlos Neder, se ele cumprirá os acordos firmados, retirando a sua inscrição ou abrindo mão dela.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMU-NICAÇÃO - Sr. Presidente, o deputado Carlos Neder fará o encaminhamento pela liderança da Minoria. Por isso, ele retira a sua inscrição, uma vez que foi feito o acordo pelo tempo de seis horas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Portanto, o deputado Carlos Neder confirma a retirada da sua inscrição. Como resta inscrito o deputado Marco Vinholi, pergunto se ele retira a sua inscrição do tempo.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - - PARA COMUNICAÇÃO - Sim, eu retiro.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está encerrada a discussão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 21 horas e 28 minutos.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 21 horas e 18 minutos.

2 DE MAIO DE 2017 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

- 1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Abre a sessão. Coloca em votação o PL 79/17.
- 2 - ENIO TATTO Encaminha a votação do PL 79/17, em nome da Minoria.
- 3 - CARLOS NEDER Encaminha a votação PL 79/17, em nome do PT.
- 4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Coloca em votação e declara aprovado o PL 79/17.
- 5 - ALENCAR SANTANA BRAGA Solicita verificação de votação.
- 6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Anota o pedido.
- 7 - ALENCAR SANTANA BRAGA Para comunicação, crítica o teor do edital para a concessão das obras da Linha 5 do Metrô e da Linha 17 da CPTM.
- 8 - BARROS MUNHOZ Para comunicação, refuta o posicionamento do deputado Alencar Santana Braga.
- 9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defere o pedido de verificação de votação, do deputado Alencar Santana Braga. Determina que seja feita a chamada de verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
- 10 - WELLINGTON MOURA Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PRB.
- 11 - ITAMAR BORGES Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.
- 12 - RAUL MARCELO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.
- 13 - CAIO FRANÇA Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
- 14 - ALENCAR SANTANA BRAGA Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.
- 15 - CORONEL CAMILO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.
- 16 - EDSON GIRIBONI Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PV.
- 17 - DELEGADO OLIM Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.
- 18 - ROGÉRIO NOGUEIRA Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.
- 19 - CELSO NASCIMENTO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSC.
- 20 - CAMPOS MACHADO Para Questão de Ordem, indaga à Presidência qual a exigência de quórum para a aprovação da matéria.
- 21 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Informa que a exigência é de maioria simples.
- 22 - ALENCAR SANTANA BRAGA Para comunicação, justifica o voto não à aprovação do PL 79/17.
- 23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do PL 79/17. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presen-tes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputa-das, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Item 1 - Votação - Projeto de lei nº 79, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 16.103, de 2016, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito junto a ins-tituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento, ban-cos privados nacionais ou internacionais, agência multilateral de garantia de financiamentos e dá providências correlatas. Parecer nº 203, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Em votação.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para enca-minhar a votação pela liderança da Minoria, tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, chegamos ao momento de votação de um projeto importante, que diz respei-to à transferência de dinheiro da Linha 6 do Metrô. Para quem não conhece, é a linha que vai se estender até a zona norte, até a região da Brasilândia. É a linha que irá integrar as universida-des. E também se trata de um dinheiro que está sendo transferi-do para a Linha 5 - Lilás -, que vem do Capão Redondo, na zona sul de São Paulo, e vai passar pelo Largo 13, pelo Campo Belo e pelo Hospital do Servidor, terminando na Chácara Klabin.

Como o deputado Barros Munhoz sabe muito bem, essa Linha Lilás tem uma história muito antiga. Ela começou em 1998, 19 anos atrás, na gestão do governador Mário Covas. E foi feito um trecho que virou até motivo de chacota, saía de um lugar e não chegava a lugar nenhum. Não ligava nada com nada, que era o pedaço do Capão Redondo até o Largo Treze. Só que chegava ao Largo Treze e não ligava com o centro da cidade, nem à linha do trem da CPTM. E foi feita na esperança e na promessa.

Desde 98 já havia as promessas dos governos tucanos de transformar a cidade de São Paulo, a região metropolitana numa teia de aranha, em termos de linha de Metrô. Na verdade, aconteceu isso no papel, aconteceu isso na ideia, no pensamen-to, mas infelizmente a realidade é outra. Em todo esse período, desde 70, temos apenas 85 quilômetros de metrô na capital de São Paulo. Não dá nem um quilômetro e meio de metrô por ano. E aí fizeram esse pedaço do Capão Redondo até o Largo Treze e depois parou, foi abandonada essa obra, esse projeto inicial que era para chegar até a Chácara Klabin.

Depois de muito tempo, já no governo Serra, iniciou-se o segundo trecho da obra, que seria do Largo Treze até a Chácara Klabin. E aí veio o grande problema, uma grande denúncia. Lembro-me até hoje de que estávamos lá no Largo Treze fazendo o lançamento com o governador Serra. O deputado Barros Munhoz, se não me engano, era subprefeito de Santo Amaro e estava o secretário, que não me recordo o nome, que era o presidente do Metrô. O governador Serra fez uma baita de uma festa colocando que a zona sul iria ter metrô e que iria completar essa linha. Falo do primeiro governo Serra. Só que naquele trecho, naquele momento um jornalista da "Folha de S.Paulo" registrou um mês antes da licitação quem iria ganhar o lote. E no dia da licitação a "Folha de S.Paulo" acertou em cheio, ou seja, estava tudo combinado, o cartel estava construí-do. Aí essa obra foi suspensa, demorou um tempo enorme para recomeçar, porque foi para a Justiça. Mas ficou provada essa irregularidade.

Aí recomeçou a obra. Fizeram mais um trecho e parou novamente. E agora foi retomada novamente de forma lenta. Houve outros problemas na Justiça, problemas de questiona-mentos, não só a Linha Lilás, mas diversas linhas, ou a maioria delas do metrô. Quem não se lembra do episódio da Linha 4, onde morreram sete pessoas lá na Estação Pinheiros, e todos os envolvidos foram absolvidos. A única coisa que não aconteceu lá foi a indenização das famílias que perderam familiares, e daqueles moradores que tiveram suas benfeitorias, suas casas danificadas por causa da linha do Metrô. E aquela linha mesmo, a Linha 4, até hoje não foi terminada, não chegou até o Vila Sônia, com a esperança daquele povo de chegar até Taboão da Serra. Nem sequer a estação Morumbi foi terminada. Assim como outras linhas, monotrilho da CPTM, como é o caso da estação Grajaú até o Varginha, que parou já pela terceira vez.

Fomos falar com o presidente Paulo Magalhães Bento Gonçalves, da CPTM, mas ele não deu esperança nenhuma de recomeçar a obra. Por quê? Porque a licitação está pronta, mas o governo está desviando dinheiro, tirando dinheiro, como fez: tirou da CPTM e mandou para uma outra obra, que é a menina dos olhos dele para o ano que vem, que é um ano eleitoral. O dinheiro tirado da CPTM foi lá para a Dersa, no litoral norte. Também é importante, mas não precisava tirar da CPTM aqui na região metropolitana e jogar para lá.

Se tivesse que tirar porque não dá para comprar os trens, que se colocasse para terminar as estações Grajaú e Varginha. Ou que se construísse a estação Francisco Morato, pois o pessoal de lá está esperando há 9 anos a construção daquela estação.

É isso que questionamos: lançam-se as pedras fundamen-tais, as obras, promete-se, faz-se uma festa, principalmente em véspera de eleição; depois as obras param porque não há recursos.

Não adianta falar que o problema de falta de arrecadação é de agora. Essa mesma gestão está administrando o estado de São Paulo num período de grande arrecadação, desde 2008, 2009, 2010, 2012.

Naquele período também não houve uma aceleração das obras e entrega das estações no estado de São Paulo, na Região Metropolitana. Outra promessa que vale a pena lembrar aqui foi a questão do monotrilho para chegar até o ABC. Infeliz-mente nem as obras foram começadas. Nem começadas, mas a entrega foi prometida para 2019 ou 2020. E assim por diante.

Então, essa obra da Linha Lilás é muito importante, ela vai ligar, definitivamente, a zona sul com toda a cidade de São Paulo e com as outras linhas do Metrô que não estão concluí-das, ou foram concluídas em parte. Precisamos votar. Eu, particularmente, vou votar favoravelmente, porque vai beneficiar toda a zona sul. É uma obra importante.

Agora, deputado Raul Marcelo, o que não podemos é cobrir um santo descobrindo o outro santo. Tira-se dinheiro de uma obra que a população da zona norte está aguardando há muitos anos. Como é que fica aquela população, aqueles mora-dores de Parada de Taipas, lá dos Fundões que também estão aguardando a obra da Linha 6, que também foi prometida por esse governo?

A obra está totalmente parada. Tira-se dinheiro de lá para colocar numa outra. Vai beneficiar a zona sul? Vai. Mas por que lançaram as duas obras? Por que começaram as duas? Por que não terminam uma? Começa e termina. Entrega. Não.

É propaganda política. É simplesmente fazer propaganda para dizer que as obras são lançadas, alimentam esperanças para a população, depois dá nisso.

Essa obra da Linha Lilás - vou repetir - está sendo prome-tida para a população da zona sul de São Paulo desde 1998. Estamos em 2017. Nesse período, houve vários problemas, escândalos, criação de cartel. Quem estava executando essas obras está envolvido em corrupção. Tudo isso acontece no estado de São Paulo.

Cobramos, mais uma vez. Eu vou fazer parte da Comissão de Transporte desta Casa e disse hoje que precisamos nos pre-ocupar mais com a questão da fiscalização, que é uma questão importante, uma das prioritárias, não só da oposição, mas de todos os deputados, que é fiscalizar o dinheiro público. Fiscalizar mesmo. Nada disso é fiscalizado no estado de São Paulo.

Nós temos um Ministério Público do qual grande parte faz vistas grossas, infelizmente. Agora temos também - já era conhecido - o problema da falta de fiscalização e de acompa-nhamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A Assembleia Legislativa, que também deveria cumprir esse papel fiscalizador, não está correspondendo, não tem feito isso ao longo do tempo.

Portanto, Sr. Presidente, votarei favoravelmente a esse remanejamento de verba, denunciando, contudo, todos esses problemas.

Tenho certeza de que a Bancada do Partido dos Trabalha-dores, por meio do seu líder, fará um voto por escrito e, com certeza, questionará, inclusive na Justiça, esse trambique de tirar o dinheiro de uma linha e colocar em outra.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, indi-co o nobre deputado Carlos Neder, para encaminhar em nome da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder para encaminhar a votação pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, fizemos um bom debate partindo deste projeto de lei 079/17 e vários deputados vieram à tribuna, aproveitando a circunstância de uma proposta de alteração do Regimento Interno da Assembleia que será apresentada dia 10 de maio pelo presidente Cauê Macris, tendo como um de seus pressu-postos que o tempo de seis horas se mostra excessivo para o debate e votação de projetos de iniciativa do Executivo.

Ocorre que o debate feito permitiu que abordássemos diferentes aspectos da política do estado de São Paulo, da responsabilidade dos partidos políticos, do que se espera dos agentes públicos e especialmente da Assembleia Legislativa de São Paulo. Tivemos inclusive a proposta do deputado Campos Machado de que o presidente da Casa constitua uma comissão para analisar, com a seriedade que o tema exige, a proposta de mudança do Regimento Interno e quero inclusive lembrar que ao então candidato Cauê Macris, quando esteve em reunião com a bancada do Partido dos Trabalhadores, foi proposto a ele que promovesse análise comparativa entre o Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo e da Assembleia Legislativa, na medida em que vários deputados que são da Capital exer-ceram anteriormente mandato de vereador e sabem que há diferenças no funcionamento do plenário da Câmara quando comparado com o da Assembleia Legislativa.

Entretanto, recorrendo apenas à Procuradoria da Casa, à Assessoria Técnica Legislativa e sabe lá a que outros técnicos do Parlamento estadual, fato é que nós, os deputados estadua-ais, não fomos ouvidos na elaboração dessa minuta de projeto que acabará por alterar o Regimento Interno. Daí por que é importante dispor de tempo suficiente para que tenhamos a oportunidade de, ao debater um tema, fazer sua correlação com outros temas, que são igualmente importantes e necessários no debate.

Eu fiquei me perguntando - e a bancada do Partido dos Trabalhadores ficou se perguntando - o porquê da pressa, o porquê da necessidade de votar o quanto antes este projeto de lei, a ponto de fazermos um acordo entre bancadas em que nem todas as inscrições se traduziram em falas desta tribuna.

O deputado Caramenz propôs analisar o projeto sem falar-mos aqui de corrupção, de investigação de desmandos, sem analisarmos a responsabilidade de políticos e partidos. Vamos, então, nos ater ao tema que é objeto deste debate.

Ora, ao analisarmos o PL 79/17 não há como não estabele-cer a relação deste projeto com o que já foi publicado anterior-mente na imprensa.

Vejam a manchete de 24 de novembro de 2015, de "O Estado de S. Paulo": Linha 5 - Lilás fica um bilhão mais cara e Metrô culpa o subsolo."

Já naquele momento dizia-se que a cada dia essa obra ficava um milhão de reais mais cara. E quando questionada diretoria do Metrô, a responsabilidade recaiu sobre as empresas que fizeram a análise do subsolo, inclusive dizendo que coube a uma empresa estrangeira o trabalho de analisar o subsolo do estado de São Paulo, que seria melhor realizada se assumida por uma empresa brasileira. Entretanto, até mesmo uma aduto-ra "invisível" foi diagnosticada como causa do encarecimento de um milhão de reais por dia, totalizando um bilhão de reais de acréscimo para uma obra que originariamente tinha uma estimativa de 4,3 bilhões de reais, e cujo valor foi elevado, naquela ocasião, para uma expectativa de 5,1 bilhões de reais.

O que está sendo feito agora com este projeto de lei? Todos têm conhecimento de que com ele nós estamos auto-rizando realocar 200 milhões de reais de uma linha do Metrô para outra, que é exatamente essa Linha 5. Duzentos milhões a serem retirados da Linha 6 - Laranja, para a expansão dessa Linha 5, que segue evoluindo em passos de tartaruga.

Passos de tartaruga porque, em todo esse período, como foi dito aqui pelo deputado Enio Tatto, desde 98 o que se observa é que apenas uma estação foi inaugurada. Ora, agora são mais 200 milhões de reais.

Eu pergunto, então, o que foi o ato assinado pelo governa-dor Geraldo Alckmin no último dia 30? O governador lançou o edital de concessão, portanto de privatização, da Linha 5 - Lilás e da Linha 17 - Ouro. Ou seja, já não teremos apenas a Linha 4 privatizada. A partir de agora também a Linha 5 e a Linha 17 serão privatizadas.

Quais são os termos desse edital? Pasmem, senhoras e senhores! Não que estamos autorizando nesse projeto realocar 200 milhões de reais, ficamos sabendo, pela imprensa, que o governador, no dia 30, colocou com valor mínimo de lance para a privatização 189,6 milhões de reais.

Ora, nós estamos realocando 200 milhões de reais para a Linha 5 do Metrô, e o governador lança um edital cujo valor mínimo é de 189 milhões, portanto, menor, inclusive, do que o montante de recursos públicos que estamos autorizando.

O que vai resultar dessa privatização? Vinte anos de um contrato com a iniciativa privada, que trará um valor de 10,8 bilhões de reais para a iniciativa privada, que vai operar a Linha 5 - Lilás do Metrô.

As senhoras e senhores poderiam dizer que a iniciativa privada vai aportar recursos próprios. Sabem quanto a inicia-tiva privada terá que aportar de recursos? Apenas 88 milhões. Então, essa é a conta.

Lance mínimo de 189 milhões para ganhar a concessão e nós estamos remanejando 200 milhões do BNDES para esti-mular o interesse da iniciativa privada. Interesse do quê? De manter um contrato por 20 anos, que representará 10,8 bilhões de reais.

Esse é o debate que nós deveríamos estar fazendo. Por que razão é preciso fazer a concessão e a privatização? Será que necessariamente o Poder Público, responsável maior pela expansão das linhas do metrô, não teria capacidade de utilizar adequadamente os recursos que lhe foram destinados pela Assembleia Legislativa, para evitar que a expansão ocorra em passos de tartaruga, como vem fazendo?

Quantos desses milhões de reais foram desviados para outras finalidades, que não a expansão da Linha 5 e de outras linhas do Metrô? É exatamente por isso que a bancada do Par-tido dos Trabalhadores, mesmo reconhecendo a necessidade da expansão e a importância dessa linha para a Zona Sul de São Paulo, não se furtará a fazer a denúncia dos interesses envol-vidos e da maneira como a iniciativa privada será favorecida por esse processo de concessão, que está sendo feito às custas do Erário.

Dinheiro do BNDES, dinheiro do Tesouro Estadual, dinheiro que não implicará em um aporte de recursos importante e significativo por parte da iniciativa privada, que terá que entrar com apenas 88 milhões de reais a título de contrapartida.

Exatamente por isso, nossa votação a respeito deste proje-to não se confunde com omissão, pois ingressaremos em Juízo contra o que está sendo decidido hoje na Assembleia Legislati-va de São Paulo.

Obrigado.